

**ACTA**

Aos sete dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves de Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Nos últimos tempos temos assistido crescentemente a fenómenos de derrocada parcial ou total de edifícios antigos no Centro Histórico e zona tampão da zona classificada como Património Cultural da Humanidade. Sucedeu já na Rua de Camões com a queda integral de um edifício, sucedeu no edifício do Café Milenário num incidente de que resultaram 4 feridos e ainda na Rua D. João I que levou inclusivamente ao corte de trânsito por um período alargado de tempo. Não desconhecemos que estas situações podem ocorrer, particularmente em cidades com um casco histórico antigo como o nosso. No entanto, a verdade é que a Câmara leva a cabo um conjunto de vistorias que têm como objectivo, precisamente, impedir que estas situações ocorram sem aviso prévio. Que têm como objectivo transmitir segurança aos cidadãos de que estes edifícios não correm eminente risco de ruir. Que têm como

objectivo, no limite, mandar selar os edifícios em que esse risco seja efectivamente eminente. Após a derrocada no edifício do Café Milenário, em declarações à Rádio Santiago, o Sr. Presidente de Câmara referiu que *"Nós tínhamos previsto que isto podia acontecer"*. Ora isto é precisamente o que não pode ser dito aos cidadãos. Até porque é legítimo que então as pessoas se perguntem, que se a Câmara tinha previsto que isto ia suceder, porque nada fez para o impedir? Porque se era do conhecimento da Câmara, como manifestou o Sr. Presidente, que o risco de derrocada era eminente, não se compreende como pode não ter sido selado o edifício imediatamente. Está-se no fundo a dizer à comunidade que havia conhecimento prévio dos riscos exactos que aquele espaço corria, e ainda assim, nada se fez no sentido de ordenar o seu imediato encerramento. É que, por felicidade, dessa derrocada apenas resultaram feridos, o que podia não ter sucedido e aí a situação seria de muito maior gravidade. Bem sabemos que os proprietários haviam sido notificados para realizar as obras, mas essa não é a questão que aqui se levanta. E nem está aqui em causa a facilidade ou dificuldade que por vezes existe em tomar posse administrativa dos edifícios e em os intervencionar – admite-se que a Câmara não possa intervir em todos os edifícios antigos que estejam carecidos dessa intervenção – o que está em causa é que a Câmara, através dos serviços técnicos que levam a cabo estas vistorias, tem que poder assegurar que o edifício não corre riscos imediatos de derrocada. Tem que poder assegurar, com grau razoável de segurança, que após uma vistoria realizada a um edifício só circunstâncias de natureza imprevisível poderão ditar a queda do edifício. Não se pode permitir que um edifício tenha sido recentemente vistoriado, venha a ruir pouco tempo depois. Porque se coloca essencialmente em causa a credibilidade



das vistorias realizadas, e a confiança dos cidadãos nesse serviço que é prestado pela Câmara em prol da segurança de todos. O que está em causa em conclusão, não é a atribuição de responsabilidades pelas derrocadas que têm tido lugar, não é esse o caminho que seguimos. O que está em causa é a importância de transmitir aos vimaranenses que podem confiar na segurança dos edifícios, que podem confiar nos técnicos e nos resultados das vistorias técnicas. E para isso, as vistorias devem decretar o imediatamente o encerramento dos edifícios que estejam em risco de derrocada, para evitar que continuem a suceder incidentes em prédios que estejam sob vistoria e acompanhamento dos serviços".

2 – Vereador António Salgado Almeida – Lamentou a situação das tarefeiras que estão actualmente sem trabalho após anos de dedicação em diferentes estabelecimentos de ensino, defendendo que deveriam ter a sua situação laboral regularizada, apelando à Autarquia para que seja sensível na resolução deste problema, considerando a expectativa que aquelas trabalhadoras tinham de regularizar a sua situação de trabalho precário. Por último, fez a entrega de um requerimento solicitando a acta do júri do concurso de admissão de 48 Assistentes Operacionais para as escolas do concelho de Guimarães.

3 - Vereador José Manuel Antunes – Começou por dizer que se congratulava com o reforço da iluminação na Rua Teixeira de Pascoais. De seguida, disse querer manifestar a sua preocupação com o perigo resultante da deficiente impermeabilização dos muros de suporte na Estrada Nacional 206, junto ao novo espaço comercial, em Silvaes, bem como com a drenagem de águas na Circular Urbana que, após passar pelos terrenos do Centro Hospitalar do Alto Ave, transbordam para a Rua dos Cuteleiros sobre o passeio, não permitindo a passagem de peões. Por último, referiu a

necessidade da Câmara Municipal impor à Associação de Municípios do Vale do Ave obras de beneficiação na VIM (Via Intermunicipal) para garantir as condições de segurança para os automobilistas que nela circulam. **4 - Vereador César Machado**

– Referiu o que se havia passado com os edifícios do Café Milenário, da Rua D. João I e da Rua Egas Moniz, nºs 1, 3 e 5 (este último constante da agenda desta reunião para execução de obras coercivas). Explicou que estas obras são da responsabilidade dos proprietários, tendo a Câmara vindo a intervir pontualmente. Disse, também, que certamente que a via coerciva pode ter que vier a ser um caminho mais utilizado. Ainda sobre o Café Milenário esclareceu que era um edifício com uma boa estrutura, tendo, contudo, sido verificada a existência de infiltrações de água que se agravaram com o mau tempo que se tem feito sentir. Terminou, dizendo que, em resultado de uma vistoria recente, os riscos apontados neste edifício foram considerados moderados. **5 –**

Vereador Amadeu Portilha – a) – Deu esclarecimentos relativos à sinalética da Citânia de Briteiros, referindo que existem 15 placas desde as Taipas até ao local, tendo sido, igualmente, reforçadas as placas sinalizadoras do Museu de Cultura Castreja;

b) – Esclareceu que na Circular Urbana de Guimarães não havia problemas de drenagem de águas, sendo, contudo, necessária uma intervenção em terrenos propriedade do Centro Hospitalar do Alto Ave, tendo sido já agendada uma reunião com o Conselho de Administração daquele Hospital para solucionar o problema. **6 -**

Vereador Domingos Bragança – Esclareceu a situação das tarefas, dizendo que a acusação feita pelo Vereador António Salgado Almeida era injusta, visto que desde que a Câmara Municipal assumiu, por Protocolo com o Ministério da Educação, estas novas competências, a primeira preocupação foi com os



trabalhadores, tendo sido solicitada uma lista ao Ministério da Educação dos trabalhadores em funções, para que todas as situações fossem analisadas. Concluiu explicando que o que se verificou é que as alegadas tarefas não constavam de tais listas, pelo que a Câmara Municipal não tem qualquer solução legal para resolver esta situação. **7 – Vereador José Augusto Araújo** – Ainda sobre a questão dos concursos de recrutamento, clarificou as razões de ordem legal que lhes estão subjacentes, explicando a metodologia deste tipo de concursos, referindo os critérios obrigatórios e os complementares. **8 – Presidente da Câmara** – **a)** – Sobre a intervenção do Vereador Salgado Almeida explicou o processo e as restrições que a lei impõe; **b)** – Sobre as derrocadas disse que temos assistido a um período de intempéries o que tem provocado danos patrimoniais diversos; **c)** – Sobre a iluminação explicou que a mesma é da responsabilidade da EDP, todavia, a Câmara também gostaria de ver reforçados alguns pontos de luz pelo que se continuará a diligenciar junto da entidade responsável; **d)** – Relativamente à situação da Estrada Nacional 201, junto ao novo espaço comercial, em Silvares, disse que o problema já foi identificado pelos Serviços da Autarquia, estando a ser preparada a adequada intervenção. Sobre o escoamento de águas na Circular Urbana disse que a origem do problema está localizada nos terrenos do Centro Hospitalar do Alto Ave, tendo sido já assumido pela Administração; **e)** – Sobre a Via Intermunicipal disse que propôs aos autarcas da Associação de Municípios do Vale do Ave a execução de obras de beneficiação do percurso que atravessa o seu território, por forma a garantir a segurança dos automobilistas. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1 – Do**

despacho do Presidente da Câmara, datado de 5 de Janeiro de 2010, que nomeou, em regime de substituição, o Arq.º José Filipe Tavares Fontes, Chefe da Divisão de Estudos e Projectos, como Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, competindo-lhe, assim, a gestão e coordenação das unidades orgânicas que integram o referido Departamento; **2** – Fez a entrega Clube, a todos os Vereadores, de um cartão “livre trânsito” do Vitória Sport bem como da Cooperativa Turipenha; **3** – Do ofício do Governo Civil de Braga remetendo o Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente a Novembro/2009. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O RECRUTAMENTO DE DOCENTES NA ÁREA DE INGLÊS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Não tendo sido preenchido um dos horários de Inglês posto a concurso através da plataforma da Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação e tendo surgido mais três horários em resultado de desistência dos respectivos docentes, torna-se necessário desencadear um novo procedimento concursal. Assim e em conformidade com o disposto nos artigos 6º e 7º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, propomos a abertura de procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo determinado, a tempo parcial para 4 docentes de Inglês. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.****----- ORDEM DO DIA -----****----- INFORMAÇÕES -----**

1 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2009, que adjudicou a prestação de serviços **“Seguro de Acidentes de Trabalho – Ano 2010”** ao concorrente “Allianz Portugal – Companhia de Seguros, S.A.”, pelo preço contratual de €201 302,49 (duzentos e um mil trezentos e dois euros e quarenta e nove cêntimos) + IVA; **2** – Da seguinte informação do Presidente da Câmara: “Tenho a informar a Câmara que foi recebido, no passado dia 9 de Dezembro, da Inspeção Geral de Finanças, uma análise relativa ao Município de Guimarães sobre o financiamento do investimento municipal em infra-estruturas urbanísticas, a qual se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal”; **3** – Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NA AV. CONDE DE MARGARIDE E NO GAVETO DA RUA MANUEL SARAIVA BRANDÃO COM A PRAÇA HERÓIS DA FUNDAÇÃO, FREGUESIA DE S. PAIO, DESTINADOS À PLATAFORMA DAS ARTES – CASA DA MEMÓRIA** – Na sequência dos contactos havidos com a empresa proprietária da denominada “Fábrica Pátria”, situada na Av. Conde de Margaride, com entrada também pela Rua Manuel Saraiva Brandão, freguesia de S. Paio, necessária à Plataforma das Artes, veio a verificar-se que o imóvel que se julgava ser único, é constituído por três prédios distintos, mas interligados entre si. Também foi possível apurar, que apenas o prédio com a área de 1561m² é propriedade da empresa “Andrade & C^a., Sucrs., Lda.”, sendo que os restantes dois são propriedade da Sr.^a Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz. Face a esta

situação solicitou-se ao DPPU, informação quanto à possibilidade de aquisição parcelar dos imóveis, faseada no tempo, tendo sido proferido despacho de concordância quanto a essa possibilidade, ressalvadas as necessidades de se assegurar a compra da totalidade da estrutura edificada existente. Conforme avaliação do conjunto edificado, elaborado por perito da lista oficial, é atribuído o valor de €319,12/m², tendo a empresa "Andrade & C^a., Sucrs., Lda" e a Sra. Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz, manifestado por escrito a sua aceitação. De acordo com os respectivos documentos prediais e matriciais, um dos prédios destinado à Plataforma das Artes – Casa da Memória, tem a área total de 370m², encontrando-se descrito na 2^a Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 477/S. Paio e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 695. Assim, submete-se à consideração superior a aquisição do identificado prédio à Sra. D. Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz, pelo valor de €118.074,40, devendo o assunto ser submetido a reunião de Câmara para conhecimento. À consideração superior"; **4** - Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Plano de Actividades e Orçamento para 2010, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **5** - Do ofício da Águas do Ave, S.A. remetendo, para conhecimento, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no passado dia 15 de Dezembro, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----
**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009. DELIBERADO
APROVAR POR UNANIMIDADE,** tendo sido dispensada a leitura



da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

OBRAS PÚBLICAS – PAVIMENTAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DA QUINTA DO OUTEIRO – MESÃO FRIO –

CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1 – Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 26 de Junho de 2008, foi a empreitada em título adjudicada à empresa M. Couto Alves, S.A., pelo valor de €949 181,53 + IVA. 2 – Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 4 de Dezembro de 2008, foram aprovados os trabalhos a mais no valor de €68 524,94 + IVA que corresponde a uma percentagem de 7.22%. 3 – O valor final dos trabalhos é de €807 628,89 + IVA, correspondendo €726 128,65 + IVA a trabalhos da proposta inicial e €51 566,48 + IVA a trabalhos a mais. 4 – Verificou-se a existência de €210 077,61 + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo €61 424,43 + IVA a trabalhos retirados da proposta inicial conforme informação em anexo, da DOL datada de 5 de Junho de 2009 e €148 653,18 + IVA que correspondem ao não esgotamento da medição de alguns artigos prevista em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 22,1%. 5 – Verifica-se, assim, na contabilização global da empreitada a existência de trabalhos a menos no valor global de €158 511,13 + IVA a que corresponde uma percentagem de 16,7%. 6 – Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 7 – Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do artº 1 do DL nº 6/2004 de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 8 – Neste momento não se pode efectuar a

Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de -€13 095,61 + IVA. 9 – Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €793 629,31 + IVA, sendo €807 628,89 + IVA de trabalhos contratuais e -€13 999,58 + IVA de revisão de preços provisória e Auto final no valor de €77 278,78 + IVA. 10 – Para cumprimento do disposto no nº 1 do artº 220º do DL 59/99 de 2 de Março foi elaborada a Conta Final dentro do prazo estabelecido. 11 – De acordo com o nº 1 do artº 222º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”. **DELIBERADO APROVAR**

POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DE SAÚDE DE S. TORCATO –
CONTA FINAL** – Presente a seguinte informação dos Serviços do

Departamento de Obras Municipais: “1 – Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 4 de Dezembro de 2008, foi a empreitada em título adjudicada à empresa COMBITUR Construções Imobiliárias e Turísticas SA, pelo valor de €905 440,57 + IVA. 2 – O valor final dos trabalhos contratuais é de €905 190,58 + IVA. 3 – Nesta empreitada, verificou-se a existência de €250,00 + IVA de Trabalhos a Menos, correspondente a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. 4 – Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 – Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do artº 1 do DL nº 6/2004 de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão



de preços. 6 – Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €21 947,19 + IVA. 7 – Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €927 137,76 + IVA, sendo €905 190,57 + IVA de trabalhos contratuais, €21 947,19 + IVA, auto provisório relativo a Revisão de Preços e o Auto Final no valor de €255 609,70 + IVA. 8 – Para cumprimento do disposto no nº 1 do artº 220º do DL 59/99 de 2 de Março foi elaborada a Conta Final dentro do prazo estabelecido. 9 – De acordo com o nº 1 do artº 222º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta: “Por despacho do Presidente da Câmara de 16 de Dezembro de 2009 exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento da “Extensão do Museu Alberto Sampaio – Praça de S. Tiago”. No entanto, e conforme estabelece o nº 5 do artº 61º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, aquela lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal, pelo que se submete a ratificação do executivo camarário aquele despacho”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – EDIFÍCIO DE CLIMATIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – ERROS E OMISSÕES

– Presente a seguinte proposta: “Por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 23 de Dezembro de 2009, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Edifício de Climatização da Câmara Municipal de Guimarães”. No entanto, e conforme estabelece o nº 5 do art.º 61º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, aquela lista de erros deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal, pelo que se submete a ratificação do executivo camarário aquele despacho”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PELA OCUPAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO NA FREGUESIA DE PONTE – ANTENA DE TELECOMUNICAÇÕES

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião realizada em 12 de Novembro de 2008, foi celebrado entre o Município de Guimarães e a Optimus – Telecomunicações, S.A. um Contrato de Cedência de Terreno do Domínio Público, com a área de 35,00 m², situada no Parque Industrial de Ponte, com vista à instalação de uma antena de telecomunicações. Nos termos daquela deliberação e da cláusula 7ª do referido Contrato, o pagamento da concessão do espaço é efectuado de uma só vez, até ao dia 15 de Janeiro do ano a que respeitar. Veio agora a SONAECOM solicitar a alteração da modalidade de pagamento para a forma mensal, com início em Janeiro de 2010. A alteração poderá ser atendida, desde que se efectue um aditamento ao referido Contrato, conforme minuta que



se anexa. Assim, em caso de concordância superior, deverá o assunto ser submetido a deliberação do executivo municipal, para aprovação da alteração da modalidade de pagamento, a partir de Janeiro de 2010. À consideração superior". A minuta do aditamento ao contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DO TERRENO SOBRANTE DA PARCELA "9" DA OBRA DE ACESSO AO AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BARCO (POLO DO AVE) – Presente a seguinte informação da Divisão de

Património Municipal: "Em 3 de Dezembro de 2007 foi prestada por esta Divisão uma informação no sentido de explicitar que, para além da aquisição das parcelas "9", "11" e "12", aprovada por deliberação de Câmara de 25 de Outubro de 2007, destinadas à execução da obra identificada em epígrafe, havia ainda a necessidade de adquirir uma parcela de terreno sobranter com a área de 420,00m², situada junto à parcela "9", pelo valor de €6.300,00, acrescido de €4.000,00 para reconstrução de benfeitorias na mencionada parcela, valores estes considerados aceitáveis por perito da lista oficial. Aquela informação mereceu despacho favorável em 5 de Dezembro de 2007, pelo então Vereador Eng.º Júlio Mendes. Todavia, a D. Maria de Lemos Sampaio, proprietária dos terrenos em causa, não possuía os registos prediais em condições de serem apresentados ao Município para se poder efectivar a respectiva escritura de compra e venda, sendo que só nesta data, nos foram facultados por aquela os respectivos documentos prediais e matriciais, devidamente regularizados. Desta forma, deverá ser submetido a deliberação camarária a aquisição, ao abrigo do disposto no artigo

11º do Código das Expropriações, de uma parcela de terreno, com a área de 420,00 m2 a confrontar do Norte e do Poente com a parcela "9", do Sul com prédio urbano de Maria de Lemos Sampaio e do Nascente com terrenos do Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa, a desanexar do prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 431/Caldelas e ainda omissa à respectiva matriz, mas participada a sua inscrição no 1º Serviço de Finanças de Guimarães, em 2 de Novembro de 2009, pelo valor de €6.300,00, acrescido de €4.000,00 para construção de benfeitorias, relativas à parcela "9" e terreno sobranceiro. À consideração superior". **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES PARA 2010 – APROVAÇÃO DO PLANO E SUA DIVULGAÇÃO –

Presente a seguinte proposta: "Em 1 de Julho de 2009, o Conselho para a Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei nº 54/2008, de 4 de Setembro, aprovou uma Recomendação (Recomendação nº 1/2009) que obriga as "*entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos*" a elaborarem planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, terminando o prazo (após prorrogação) em 31 do corrente mês de Dezembro. Na sequência da Circular de 3 de Dezembro de 2009, divulgada por todos os serviços municipais, foi elaborado, com o contributo activo dos dirigentes, técnicos e eleitos (com poderes delegados/subdelegados) desta Autarquia, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas do Município de Guimarães para 2010, adiante designado apenas por PLANO, encontrando-se nesta data concluído. Constituindo um documento de características novas que envolverá um esforço especial para a



sua implementação, este PLANO é assumido como uma oportunidade de reflexão interna para a melhoria das práticas existentes. Após concluída a primeira fase deste processo – elaboração e aprovação do PLANO – segue-se a fase da sua implementação, onde se poderá verificar a necessidade de ajustamentos visando uma melhor adequação dos procedimentos aos respectivos serviços municipais, pelo que o presente PLANO poderá vir a sofrer alterações. Nesta conformidade, e considerando o prazo estabelecido pelo CPC, proponho a aprovação do PLANO, em anexo, devendo ser remetido à próxima reunião de Câmara, para ratificação, nos termos do art. 68º, nº 3, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. O referido Plano dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O **Vereador José Manuel Antunes** solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo texto: “Uma das grandes conquistas de Abril foi a afirmação da ideia que o poder político e as responsabilidades públicas têm sempre de ser exercidas ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos. Por isso mesmo, toda a actividade política tem de ser norteadada pela preocupação de defesa do interesse público. Desde há vários anos a esta parte que o PSD de Guimarães tem feito da defesa da transparência e do rigor na gestão de dinheiros públicos uma das suas principais bandeiras. É, por isso, com satisfação que votamos este plano de prevenção. Todavia, não deixamos de lamentar e de criticar a circunstância de a proposta ser apresentada a esta Câmara para ratificação, o que se traduz numa limitação objectiva à possibilidade de os vereadores desta Câmara Municipal proporem

a introdução de alterações à proposta que sejam aplicadas de imediato. Como se diz, e bem, na proposta, estamos, no que diz respeito à adopção dos mecanismos previstos na Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, numa fase de aprendizagem. Por isso, na proposta, se refere o acompanhamento semestral do Plano, o que é uma boa medida e que queremos saudar. Na proposta, refere-se a criação de uma equipa de controlo e acompanhamento da implementação do Plano. Não se clarifica se essa equipa a constituir é uma equipa apenas técnica, apenas política ou com ambas as vertentes. Do nosso ponto de vista, deve ser uma equipa constituída por técnicos e por responsáveis políticos e nessa equipa deverão estar representadas todas as forças políticas com representação na Câmara Municipal de Guimarães. Atenta a natureza da matéria abordada, os objectivos propostos, a diversidade e transversalidade das medidas apresentadas, entendemos que este Plano deve ser objecto de divulgação junto da Assembleia Municipal e das empresas municipais, com vista a garantir uma harmonização de procedimentos. Propomos, também, o envio deste Plano ao Conselho de Prevenção da Corrupção, ao Tribunal de Contas, à Presidência do Conselho de Ministros, ao Ministério das Finanças e Administração Pública, à Inspeção-Geral de Finanças e à Inspeção-Geral da Administração Local. Propomos ainda a elaboração de um "Código de Conduta" dos colaboradores e funcionários da Câmara Municipal de Guimarães. Propomos, por fim, a inclusão nos riscos identificados, "o conluio entre concorrentes". -----

PEDIDO DE REGISTO DE MARCAS – "GUIMARÃES 2012" E "GUIMARÃES 2012 CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA" –

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal foi notificada,



para efeito de eventuais reclamações, da pretensão de dois operadores económicos de registo de marca para utilização comercial privativa, conforme a seguir se indica: -----

| Operador económico | Designação da marca |
|-------------------------------------|--|
| Francisco Filipe Prado | <i>Guimarães 2012</i> |
| Mário Bernardo de Magalhães e Sousa | <i>Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura</i> |

A Câmara Municipal de Guimarães tem desenvolvido, de forma sustentada, e com resultados assinaláveis, um conjunto de políticas e investimentos que visam a preservação da memória colectiva da cidade histórica, sendo a reabilitação do Centro Histórico apenas um exemplo desta prática. Decorrem aquelas políticas e aqueles investimentos da convicção de que a salvaguarda, promoção e divulgação do nosso património constituem um eixo fundamental da estratégia de desenvolvimento e afirmação da cidade e do concelho. Evidentemente, este objectivo deve ser prosseguido, quer no plano físico – do edificado –, quer no plano do imaterial e do simbólico. As expressões “***Guimarães 2012***” e “***Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura***” são hoje símbolos de Guimarães e, portanto, o interesse público recomenda que se impeça o seu registo por quem quer que seja que não os órgãos municipais representativos da população, assim se evitando uma apropriação por parte de entidades privadas de um património público que, como tal, deve ser salvaguardado. De facto, as alocações em questão constituem hoje símbolos da Cidade e também do País, pelo que não pode a Câmara Municipal deixar de tomar as necessárias iniciativas com vista à protecção e salvaguarda daquele que, convictamente, entendemos ser o interesse público, que passa assim por manter estes, ou

quaisquer outros símbolos de Guimarães, na titularidade dos órgãos municipais representativos da população. Nesta conformidade, proponho que a Câmara Municipal delibere não conceder autorização ao pedido de registo das marcas acima identificadas e comunique esta decisão à competente entidade”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta. Assim, manifestou concordância com a oposição a tais registos e fundamentos da mesma, proposta pela Câmara, alertando, no entanto, que o Município de Guimarães apenas foi notificado destas tentativas de registo de marcas, para se opor, pela circunstância de ter já registado, desde 12 de Junho de 2007, a marca «Guimarães 2012». Chamou a atenção para que tal informação devesse constar no texto da proposta – e não por ser uma marca associável ao Município de Guimarães, donde resulta que outras marcas identitárias de Guimarães e dos Vimaraneses podem no futuro ser objecto de tentativas de registo por privados, o que seria naturalmente indesejável, designadamente por poder não ser permitido ao Município que se oponha a essas tentativas, por não ter essas marcas registadas, como sucedeu com a marca «Guimarães 2012». Desta forma, e em nome do PSD, propôs o seguinte: que fossem promovidos pela Câmara, no mais breve prazo, os registos de todas as expressões que de alguma forma possam ser associadas a Guimarães ou ao património comum dos Vimaraneses (ex: Guimarães – Berço da Nacionalidade; Guimarães – Capital Histórica de Portugal); que seja assumida postura idêntica quanto ao registo da marca «Nicolinas», efectuado por entidades privadas, na medida em que, tal como consta do texto da deliberação, também as Nicolinas são um dos



símbolos de Guimarães pelo que o interesse público recomenda que se impeça o seu registo por quem quer que seja assim se evitando uma apropriação por parte de entidades privadas de um património público que, como tal, deve ser salvaguardado. -----

FUNDO DE MANEIO – DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E TURISMO/GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS –

Presente uma informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo/Gabinete de Relações Internacionais propondo, nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art. 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art. 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, a constituição de um fundo de maneio para o referido Gabinete, no valor de €250,00, destinado a ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2010, designando como titular **Isabel Cristina da Silva Pinho**, Técnica Superior. Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **João Manuel Teixeira Marques da Costa**, Técnico Superior. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – CRIAÇÃO DE UMA SECÇÃO AUTÓNOMA DO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Nos termos do despacho do Sr. Presidente datado de 30 de Dezembro de 2009, foi reconstituído o Conselho Coordenador de Avaliação no âmbito do SIADAP. Nos termos do disposto no nº 3º da Portaria nº 759/09 de 16 de Julho, a Câmara Municipal deve deliberar a criação, no âmbito do respectivo Conselho Coordenador de Avaliação, de uma secção autónoma para a avaliação do pessoal

não docente, nos termos previstos no nº 3 do artigo 58º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro. A secção autónoma é presidida pelo Presidente da Câmara, que pode delegar essa competência num Vereador, devendo a mesma integrar os directores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas respectivas ou os seus representantes, nos termos do nº 5 do referido artigo 3º da Portaria nº 759/2009 de 16 de Julho. Nestes termos, propõe-se ao Sr. Presidente que submete a deliberação da Câmara Municipal a criação da citada Secção Autónoma”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR –

Presente uma informação da Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, que se anexa, submetendo a aprovação da Câmara Municipal a instauração de um processo disciplinar, designando como instrutora Dr.ª Helena Maria Teixeira Soares Leheman Cruz Pinto, Chefe da Divisão de Cultura e Desporto e como Técnico o Dr. Luís Teixeira e Melo (no âmbito do contrato de avença celebrado com o Município), nos termos do n.º 3, do artigo 42º, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

ECOAVE – SUCATAS – C.I.P.R.L. – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA-GERAL –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de Dezembro de 2009, que concordou com a seguinte informação: “Por deliberação tomada em reunião de Câmara do passado dia 29 de Outubro de 2009, foi designado o Sr. Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira como representante da Câmara Municipal na Assembleia-geral. A ECOAVE marcou para o próximo dia 29 de Dezembro uma Assembleia-geral e o



representante da Câmara Municipal encontra-se, nessa data, ausente por motivos de férias. Sendo necessário indicar um novo representante da Câmara apenas para este acto, uma vez que o mesmo não pode ser adiado e é necessário o voto do representante da Câmara para obter quórum, designo o Vereador César Manuel de Castro Machado, para representar a Câmara Municipal naquela sessão da Assembleia-geral". **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR. ----**

ESPAÇO INFORMAÇÃO MULHER – DESIGNAÇÃO DE CONSELHEIRO – Presente a seguinte proposta: "Criado em 1999, o Espaço Informação Mulher resultou do estabelecimento de um protocolo aprovado pela Câmara Municipal de Guimarães e posteriormente celebrado com a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, entidade dependente da Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito do projecto "TRAMPOLIM/REDA". Com o início de um novo mandato autárquico, revela-se aconselhável que o novo Executivo Municipal se pronuncie sobre o/a Conselheiro/a a designar para liderar o Espaço Informação Mulher e representar a Autarquia em sede do aludido protocolo. Deste modo, proponho que, para o corrente mandato autárquico, a Câmara Municipal de Guimarães mantenha a designação da Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu como Conselheira para a Igualdade". **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR,** com sete votos a favor e três em branco. --

VISTORIAS ADMINISTRATIVAS – PRÉDIO SITO NA RUA EGAS MONIZ, N.ºs 1, 3 E 5 – FREGUESIA DE OLIVEIRA DO CASTELO – REALIZAÇÃO DE OBRAS EM SUBSTITUIÇÃO DO PROPRIETÁRIO – (PROC. V. A. N.º 47/04) – Presente a seguinte proposta do Vereador César Machado: "No âmbito do processo supra identificado, foi realizada uma vistoria na

sequência da qual se verificou a necessidade de se executar obras no prédio sito na Rua Egas Moniz, n.º 1, 3 e 5, da freguesia de Oliveira do Castelo. As obras em causa estão melhor descritas no auto de vistoria de fls. 8 a 13, que aqui se considera reproduzido. Notificado para o efeito, o proprietário não executou as obras determinadas no prazo fixado. Realizada nova vistoria em 14 de Maio de 2009, verificou-se o agravamento das condições de segurança do prédio, como decorre do auto de fls. 42 a 47, que também aqui se considera reproduzido. Do mesmo consta, "que o estado do prédio é muito grave", que "não existem condições de habitabilidade no prédio e a situação actual representa uma situação de perigo para os inquilinos, utentes da via pública e edifícios contíguos". Face ao exposto, propõe-se que se determine a execução coerciva das obras constantes do auto de vistoria, em substituição e a expensas do proprietário, tomando-se, para o efeito, posse administrativa daquele imóvel, tudo nos termos do disposto nos artigos 91.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro e pelos artigos 12.º a 22.º e 28º do Decreto-Lei n.º 157/06 de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 316/2009 de 23 de Outubro. De acordo com o orçamento de fls. 53 a 65 a obra ascende ao montante provável de 14 232,00 + IVA. Pelo Vice-Presidente da Câmara foi prestada a seguinte declaração: "Nos termos do nº 3 e nº 4 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho declara-se: que no orçamento do ano 2010 foi inscrita a verba adequada para suportar esta despesa no montante de €14 943,60 na rubrica orçamental 03.07010203 e será cabimentada em Janeiro de 2010". Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PLANO ANUAL DE FEIRAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES -**

Presente a seguinte proposta do vereador Amadeu Portilha: "Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 42/2008, de 10 de Março, foi estabelecido um novo regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam. De acordo com o disposto no nº 2 deste artigo compete à Câmara Municipal aprovar e publicar, até ao início de cada ano civil, o plano anual de feiras e locais, públicos ou privados, autorizados a acolher estes eventos. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove, nos termos do nº 2 do art.º 7º do Decreto-Lei nº 42/2008, de 10 de Março, o Plano Anual de Feiras do Concelho de Guimarães, conforme documento que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta". O Plano de Feiras do Concelho de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, em anexo, a Acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em reunião de 17 de Dezembro de 2009, que aprovou por unanimidade o segundo relatório apresentado pelo bolseiro António Fernandes Gonçalves. A acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA COLOCAÇÃO DE VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANO CIVIL 2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, com o reordenamento da rede escolar, os alunos de várias escolas foram

integrados em estabelecimentos de ensino de acolhimento, competindo assegurar o seu transporte. Atendendo a que, conforme o disposto no artigo 8º da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril de 2006, que regulamenta o transporte colectivo de crianças até aos 16 anos, é obrigatório a presença de vigilantes para acompanhamento das crianças, cabendo à entidade que organiza o transporte assegurar a sua presença, propõe-se a atribuição de verbas a entidades (Freguesias, Associações de Pais e Agrupamentos de Escolas) que se disponibilizam a proceder à colocação de pessoal para vigilância e acompanhamento dos alunos no transporte escolar. Assim, propõe-se, para o ano civil de 2010 (de Janeiro a Julho e de Setembro a Dezembro), a atribuição de uma verba anual no valor de €35 200,00”. O mapa de atribuição de verbas para colocação de vigilantes em transporte escolar dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 18 de Dezembro de 2008 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se



aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – EXTENSÃO DO PERÍODO EXPERIMENTAL DE FUNCIONAMENTO DO PARQUE CENTRAL JUNTO AO ESTÁDIO D. AFONSO HENRIQUES – Presente para ratificação o

despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de Dezembro de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “O Parque Central, junto ao Estádio D. Afonso Henriques, funcionará até 31 de Dezembro de 2009, das 08h00 às 20h00 nos dias úteis, sem prejuízo da abertura ocasional, decorrente da deliberação de Câmara de 24 de Setembro de 2009. Durante o trimestre em curso, período experimental da deliberação, verifica-se um ténue crescimento da procura do mesmo, quer no estacionamento de curta duração como nas recolhas diurnas. Considerando o impacto da instalação provisória de parte de Escola Secundária Francisco de Holanda na envolvente do Pavilhão do INATEL e nas instalações do Estádio. Considerando o expectável aumento da procura de estacionamento naquela área. Propõe-se a extensão do período experimental de funcionamento do parque Central, junto ao Estádio D. Afonso Henriques, até 30 de Junho de 2010, das 08h00 às 20h00 nos dias úteis, sem prejuízo da abertura ocasional, mantendo o tarifário específico, deliberado em 24 de Setembro de 2009, a saber: 1 – a adopção de uma taxa reduzida de €0,10/15 min; 2 – a aplicação de uma taxa de recolha diurna de €20,00/mês”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Dezembro de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento de

Escolas Santos Simões o transporte, em autocarro, dos alunos ao Parque da Cidade, no passado dia 14 de Dezembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – EB1/JI VALINHA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de Dezembro de 2009, que disponibilizou, à EB1/JI Valinha o transporte, em autocarro, de 47 alunos ao GuimarãesShopping, no passado dia 16 de Dezembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE BRITEIROS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Dezembro de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas de Briteiros o transporte, em autocarro, dos alunos à Casa do Povo de Briteiros, no passado dia 15 de Dezembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE LORDELO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2009, que disponibilizou, à Associação de Reformados de Lordelo o transporte, em autocarro, de 45 crianças ao GuimarãesShopping, no passado dia 17 de Dezembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANDE S. MARTINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de Dezembro de 2009, que disponibilizou, ao Centro Social e Paroquial de Sande S. Martinho o transporte, em autocarro, dos alunos ao Paço dos Duques, no passado dia 30 de Dezembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----



TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO TÁVORA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Fernando Távora solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 14 alunos das unidades de autismo das Escolas EB1 de Motelo e EB1/JI de Nossa Senhora da Conceição, todas as quartas-feiras até final do ano lectivo 2009/2010 às piscinas municipais. Assim, considerando que se tratam de alunos com extrema dificuldade de relacionamento interpessoal e social, para os quais a prática de desporto assume relevante importância e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

BANDEIRAS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – CEDÊNCIA DE BANDEIRAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Ponte solicitando a cedência de duas bandeiras nacionais, bem como de uma bandeira da cidade, destinadas a serem hasteadas nos mastros da Sede da Junta de Freguesia e da EB1 de Igreja. Propõe-se a cedência de uma bandeira da cidade. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA SANDE S. LOURENÇO – DOAÇÃO DE FOTOCOPIADOR – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Sande S. Lourenço vem solicitar a doação de uma fotocopadora, atendendo que a que possuem se encontra em muito mau estado. Existindo em armazém aquele equipamento, e visto que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação do fotocopador de marca Konica,

modelo 1216, à indicada Junta de Freguesia, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo sido atribuído o valor de €150,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL CULTURAL DESPORTIVO E RECREATIVO DE VILA NOVA DE SANDE - DOAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1.392M2, SITUADA NO LUGAR DA BOUÇA, FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande, vem solicitar ao Município a doação da parcela de terreno acima indicada, para ali instalar um Parque Infantil. De acordo com informação já prestada pelo DPPU, sobre este mesmo terreno, não existe inconveniente do ponto de vista urbanístico na sua alienação. Desta forma, e numa tentativa de assegurar que não será dado fim distinto ao bem pretendido, deverá submete-se à consideração superior a doação do direito de superfície do prédio descrito na 1ª. Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 857/Sande Vila Nova e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 1108º, com a área de 1.392m2, ao Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo, por período de 50 anos, renováveis por iguais períodos, estabelecendo-se ainda o direito de reversão a favor do Município, caso seja dado destino diferente a este terreno, não podendo ainda ser transmitido a favor de qualquer outra pessoa. Deverá também ser clausulado um prazo não superior a dois anos para a conclusão dos trabalhos de criação do mencionado Parque Infantil, sob pena de reversão no caso de incumprimento daquele prazo. A esta doação será atribuída o valor de €9.568,00, que corresponde a 80% do valor



patrimonial, uma vez que se trata de um direito de superfície. Em caso de aceitação superior, deverá o assunto ser submetido reunião do executivo, para deliberação nos termos da alínea a), nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 29 e 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". -----

SUBSÍDIOS – LAR DE SANTO ANTÓNIO – ACTUALIZAÇÃO DO SUBSÍDIO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Acção Social: "Em 1985 a Câmara Municipal de Guimarães, o Centro Regional de Segurança Social de Braga e o Lar de Santo António celebraram um protocolo de cooperação com

a finalidade de desenvolver, por parte do Lar de Santo António, "actividades de apoio à família, à comunidade e à 3.ª idade, através de fornecimento de refeições e banhos à população carenciada", práticas que decorrem no equipamento situado na Rua de Donães, n.º 1, em Guimarães. O protocolo obriga as partes a financiar as despesas reais, da seguinte forma: Centro Regional de Segurança Social, em 50%; Câmara Municipal de Guimarães, em 45% e o fornecimento de água, electricidade e lenha proveniente de cortes de árvores da cidade; Lar de Santo António, em 5%. O financiamento tem vindo a ser actualizado anualmente de acordo com a percentagem definida pelo ISS, IP. Em 2009, o Centro Regional da Segurança Social de Braga actualizou em 2,6% a sua comparticipação, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro. Assim, de acordo com o protocolo referido, proponho que a Câmara Municipal, em conformidade com o solicitado pelo lar de Santo António, faça a actualização do valor do subsídio em 2,6% para o ano de 2010, com efeitos retroactivos a Janeiro do corrente ano". Pelo Vice-Presidente da Câmara foi prestada a seguinte declaração: "Nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, declara-se: Que no orçamento do ano 2010 foi inscrita a verba adequada para suportar esta despesa no montante de €33 761,56 na rubrica orçamental 0702 – 040701 e será cabimentada em Janeiro de 2010". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO "OS TROVADORES DO CANO" – REISADAS 2010 – Presente a seguinte proposta: "O Grupo Cultural e Recreativo "Os Trovadores do Cano", no próximo dia 4 de Janeiro, realiza a sua habitual iniciativa de cantar as "Reisadas" em vários pontos da cidade, incluindo nesse percurso a Câmara Municipal. Considerando o



exemplo seguido nas anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, que concretiza uma tradição natalícia relevante, proponho que seja ratificada a concessão de um subsídio de €150,00 (cento e cinquenta euros) à referida Associação para apoio a essa realização, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 29 e 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. CLEMENTE
– FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente,

para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2009, que autorizou a instalação de um contador para a potência de 20,7 Kva destinado à realização da Festa de Natal, no período compreendido entre 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, bem como a atribuição, à Junta de Freguesia de Sande S. Clemente, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €71,50 (setenta e um euros e cinquenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. TORCATO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2009, que autorizou a instalação de um contador para a potência de 41,4 Kva destinado à realização da Festa de Natal, no período compreendido entre 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, bem como a atribuição, à Junta de Freguesia de S. Torcato, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €62,84 (sessenta e dois euros e oitenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – FESTA DE NATAL – CAPELA DE NOSSA SENHORA DA MADRE DEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2009, que autorizou a instalação de um contador para a potência



de 20,7 Kva destinado à realização da Festa de Natal, no período compreendido entre 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, bem como a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €72,81 (setenta e dois euros e oitenta e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – FESTA DA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2009, que concedeu, à Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia, um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das Festas da Senhora do Rosário, realizada entre os passados dias 11 e 17 de Maio, num máximo de €128,60 (cento e vinte e oito euros e sessenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----